

VAMOS À LUTA



MARCHA

23

OUTUBRO

10H30 - LISBOA

RUA BRAAMCAMP

ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

**TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
EM LUTA**

90€ PARA TODOS

**SUPLEMENTO
DE RISCO**

**CORRECÇÃO
DA TABELA
REMUNERATÓRIA
ÚNICA**

**DIREITO
À INDEMNIZAÇÃO
POR ACIDENTES
DE TRABALHO**

VALORIZAR OS TRABALHADORES E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Por um lado, não há dinheiro para salários, para corrigir a TRU, nem para corresponder às reivindicações dos trabalhadores mas, por outro, enterram-se mais 850 Milhões de Euros no Novo Banco e aceitam-se pedidos de *lay-off* de empresas que acumularam lucros gigantescos, algumas com sede fora de Portugal, em "paraísos fiscais".

É urgente encontrar respostas para os problemas dos trabalhadores da Administração Pública e dos serviços públicos porque estes são os eixos fundamentais do desenvolvimento de um país democrático e justo.

**À BOLEIA DO VÍRUS OS TRABALHADORES
NÃO PODEM FICAR AINDA MAIS POBRES**

TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL ESTÃO EM LUTA

Aumentos salariais

Por um aumento salarial em 90 euros para todos os trabalhadores, e um salário mínimo de 850 Euros.

Para fazer face à perda de poder de compra, ao longo de mais de uma década, os trabalhadores precisariam de um aumento salarial de 133€.

Após 10 anos sem aumentos salariais, a actualização salarial de 0,3% resultou no acentuar da perda desse poder de compra.

Correcção da TRU

Pela correcção da Tabela Remuneratória Única, assegurando que não preveja níveis remuneratórios de montante inferior ao da retribuição mínima mensal garantida e garantindo a devida proporcionalidade entre posições remuneratórias;

MARCHA
23
OUTUBRO

Regulamentação de suplementos

Pela regulamentação das compensações devidas pelo trabalho prestado em condições de Penosidade, Insalubridade e Risco, nos termos reivindicados na Petição que foi subscrita por cerca de 16 mil trabalhadores;



Pela regulamentação de todos os suplementos remuneratórios legalmente previstos mas que há longos anos carecem dessa regulamentação.

Indemnizações por acidentes de trabalho

Pelo fim da lei que impede indemnizações por doenças e acidentes profissionais

É urgente a revogação da absurda norma que proíbe a acumulação de prestações periódicas, atribuídas por incapacidade parcial permanente, resultante de acidente ou doença profissional, com expressa salvaguarda de todas as situações prejudicadas pela referida alteração de um regime incompatível com os princípios constitucionais da igualdade, da justa reparação e da confiança.

Reposição de direitos e revogação do SIADAP

Pela integral reposição de direitos, que têm sido suprimidos aos trabalhadores, nomeadamente, à recuperação das carreiras, à evolução profissional que dignifique o exercício das suas funções e pela revogação do SIADAP.

**O STML SUBSCREVE O
PRÉ-AVISO DE GREVE DO
STAL, DAS 00H00 ÀS 24H00**



10H30 - LISBOA

RUA BRAAMCAMP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA